



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas

(FACE)

Departamento de Administração (CCA)

Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Rosane Amaro Diehl

A perspectiva sociológica na formulação e implementação de políticas públicas: análise de impactos e desafios

Brasília - DF

2024

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Lucio Remuzat Rennó Junior
Decano de Pós-Graduação

Professor Doutor José Márcio Carvalho
Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas

Professor Doutor Rodrigo Rezende Ferreira
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Letícia Lopes Leite
Coordenadora-Geral UAB

Professora Doutora Fátima de Souza Freire
Coordenadora do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal

Rosane Amaro Diehl

A perspectiva sociológica na formulação e implementação de políticas públicas: análise de impactos e desafios

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Administração e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do grau de Especialista
em Gestão Pública Municipal.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Letícia Dias Fantinel

Brasília - DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

DD559p Diehl, Rosane.
A perspectiva sociológica na formulação e implementação de políticas públicas: análises de impacto e desafios / Rosane Diehl; orientador Letícia Fantinel. -- Brasília, 2024.
27 p.

Monografia (Especialização - Especialização em Gestão Pública Municipal) -- Universidade de Brasília, 2024.

1. Impactos e desafios na formulação e implementação de políticas pública . 2. Enchentes no Rio Grande do Sul. 3. A intensificação dos eventos climáticos extremos. I. Fantinel, Letícia, orient. II. Título.

Rosane Amaro Diehl

A perspectiva sociológica na formulação e implementação de políticas públicas: análise de impactos e desafios

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Administração e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão de Políticas Públicas como requisito
parcial à obtenção do grau de Especialista
em Gestão Pública Municipal.

Data de aprovação: 07/08/2024.

Prof^a. Dr^a. Letícia Dias Fantinel
Orientadora

Prof^o. Dr^o. Tatiane Alves de Melo
Professor - Examinador

RESUMO

Este estudo analisa os impactos e desafios da formulação e implementação de políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul, com foco na mitigação dos efeitos das enchentes. As enchentes são um problema recorrente no estado, causando danos significativos às infraestruturas, perdas econômicas e impactos sociais. A pesquisa destaca os avanços na redução de danos materiais e na capacidade de resposta das comunidades afetadas, graças à implementação de sistemas de alerta precoce e infraestrutura de prevenção. No entanto, a eficácia dessas políticas enfrenta desafios financeiros, resistência local, coordenação intergovernamental deficiente e desigualdades sociais. A intensificação dos eventos climáticos extremos adiciona complexidade à formulação de políticas, exigindo adaptações contínuas. Apesar dessas dificuldades, a introdução de práticas agrícolas sustentáveis e a restauração de bacias hidrográficas mostram-se promissoras. O estudo conclui que, para superar esses desafios, é necessário um esforço coordenado, financiamento adequado e uma abordagem inclusiva que considere as desigualdades sociais e promova a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Meio Ambiente, Enchentes, Rio Grande do Sul, Sustentabilidade, Desigualdade Social, Mudança Climática, Gestão Pública.

ABSTRACT

This study analyzes the impacts and challenges of formulating and implementing environmental public policies in Rio Grande do Sul, focusing on mitigating the effects of floods. Floods are a recurring problem in the state, causing significant damage to infrastructure, economic losses, and social impacts. The research highlights advancements in reducing material damage and improving the response capacity of affected communities, thanks to the implementation of early warning systems and preventive infrastructure. However, the effectiveness of these policies faces financial challenges, local resistance, deficient intergovernmental coordination, and social inequalities. The intensification of extreme weather events adds complexity to policy formulation, requiring continuous adaptations. Despite these difficulties, the introduction of sustainable agricultural practices and the restoration of watersheds show promise. The study concludes that overcoming these challenges requires coordinated efforts, adequate funding, and an inclusive approach that considers social inequalities and promotes environmental sustainability.

Keywords: Public Policies, Environment, Floods, Rio Grande do Sul, Sustainability, Social Inequality, Climate Change, Public Management.

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1.Teorias Sociológicas Aplicadas às Políticas Públicas.....	12
2.2.Políticas Públicas Ambientais.....	13
2.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	17
3.RESULTADOS E ANÁLISES.....	19
4.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
REFERÊNCIAS.....	26

1. INTRODUÇÃO

Políticas públicas são instrumentos fundamentais na administração de sociedades contemporâneas, refletindo e moldando as condições sociais, econômicas e culturais na formulação e implementação dessas políticas. Segundo Alvarenga (2012) as políticas públicas representam os programas, ações e atividades realizadas pelo Estado para assegurar à cidadania a um determinado seguimento social. Entende-se então que são planos dos governos para se atingir o bem-estar da sociedade junto com os interesses do Estado. As políticas públicas não são formuladas nem implementadas em um vácuo; elas são produtos de contextos históricos, sociais e políticos específicos.

A incorporação de uma perspectiva sociológica na formulação e implementação de políticas públicas é crucial para assegurar que essas demandas sejam solucionadas. Em comparação com outras demandas sociais, como educação, moradia e saúde, a preocupação ambiental é relativamente nova. Dias (2010) sinaliza que há um fato importante para a sensibilização ambiental: foi a criação do Clube de Roma, em 1968. Os resultados das pesquisas realizadas por essa organização deram origem ao relatório “Limites do Crescimento”, publicado em 1972. Onde identificaram um futuro catastrófico caso não houvesse modificações nos modelos de desenvolvimento econômico. Em suma o consumo exacerbado levaria a humanidade a um possível colapso junto ao meio ambiente. Com base no conhecimento mencionado, a gestão das questões ambientais começou a ser de responsabilidade da Organização das Nações Unidas (ONU) onde intensificou a temática expondo a necessidade de leis que a normatize. Para isso são realizadas várias conferências onde os países participantes se comprometem a melhorar em diversos aspectos.

A primeira conferência foi em 1972 conhecida como Conferência de Estocolmo (por ter sido realizada nessa cidade) ela é aceita como o marco temporal para o começo dos debates globais sobre a preservação do meio ambiente. A discussão sobre o buraco na camada de ozônio começou na década de 1980 e foi concluída que a causa foi o lançamento de gases de clorofluorcarboneto (CFC), o que levou à assinatura do Protocolo de Montreal. Já o Brasil teve um grande destaque na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro no início da década de 1990, recebeu um número expressivo de representantes dos Estados-Membros. A Rio 92 teve um impacto significativo, pois criou vários documentos e compromissos importantes para mudar a atitude global sobre o meio ambiente. O relatório “O Futuro que Queremos”, produzido na Rio+20, realizada em 2012,

contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas. Desde então, o termo “desenvolvimento sustentável” foi definido como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades” (Dias, 2010).

A importância das políticas públicas ambientais na atualidade não pode ser subestimada, especialmente em regiões vulneráveis a eventos climáticos extremos, como o Rio Grande do Sul. Com o aumento da frequência e intensidade das enchentes devido às mudanças climáticas, as políticas públicas têm um papel crucial na mitigação dos impactos dessas catástrofes. A formulação e implementação de políticas eficazes não só ajudam na prevenção e gestão de desastres, mas também promovem a resiliência das comunidades afetadas. Políticas atuais devem considerar a integração de estratégias de planejamento urbano sustentável, sistemas de alerta precoce, e a restauração de ecossistemas naturais que atuam como barreiras naturais contra enchentes. Além disso, é fundamental que essas políticas sejam baseadas em dados atualizados e participem ativamente da conscientização e engajamento da população local. A capacidade de adaptar e melhorar continuamente as políticas públicas em resposta a novos desafios e descobertas científicas é vital para proteger o meio ambiente e garantir a segurança e bem-estar das comunidades do Rio Grande do Sul (Dias, 2010).

O objetivo geral deste estudo foi analisar os impactos e desafios da formulação e implementação de políticas públicas ambientais relacionadas às enchentes no Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos incluem: investigar como as teorias sociológicas podem ser aplicadas à formulação e implementação de políticas públicas ambientais, proporcionando uma base teórica para entender os processos e dinâmicas envolvidas na gestão de enchentes; e avaliar as políticas públicas ambientais atualmente em vigor no Rio Grande do Sul para o enfrentamento de enchentes, analisando sua eficácia e identificando possíveis áreas para melhoria.

A presente pesquisa é de grande relevância, pois visa proporcionar insights valiosos para a formulação e gestão de políticas ambientais voltadas para eventos climáticos extremos, como as enchentes. Em um cenário de intensificação das mudanças climáticas, compreender os desafios e impactos associados à implementação de políticas públicas é essencial para desenvolver estratégias mais eficazes e adaptativas. Este estudo não só contribui para o aprimoramento das práticas de gestão ambiental, mas também promove a integração de teorias sociológicas na prática política, oferecendo uma abordagem mais holística para a resolução de problemas ambientais. Ao analisar as políticas existentes e sugerir melhorias, a pesquisa busca fornecer uma base sólida para a criação de políticas mais robustas e eficazes,

capazes de proteger as comunidades e o meio ambiente frente aos desafios climáticos futuros.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Teorias Sociológicas Aplicadas às Políticas Públicas

A análise sociológica das políticas públicas fornece uma perspectiva fundamental para compreender como as ações do governo são formuladas, implementadas e recebidas pela sociedade. Essa abordagem é crucial para entender os impactos e desafios das políticas públicas ambientais, especialmente em contextos de crise, como as enchentes no Rio Grande do Sul.

A formulação de políticas públicas ambientais enfrenta desafios multifacetados que vão desde a identificação precisa das necessidades das comunidades afetadas até a criação de estratégias eficazes para mitigar os impactos das enchentes. A abordagem sociológica oferece insights valiosos ao examinar como os interesses de diferentes grupos sociais e econômicos influenciam o processo de tomada de decisão. Por exemplo, estudos destacam a importância de considerar não apenas os aspectos técnicos e científicos, mas também as dinâmicas políticas e as capacidades institucionais para promover políticas ambientais mais integradas e resilientes (Barbosa, 2018).

A implementação de políticas públicas ambientais é um processo complexo que requer coordenação entre várias entidades governamentais, setores da sociedade civil e o setor privado. A sociologia das políticas públicas contribui examinando como esses atores interagem e como suas ações podem facilitar ou dificultar a eficácia das políticas. Por exemplo, estudos têm explorado como práticas administrativas e culturais dentro das agências governamentais influenciam a implementação de políticas ambientais, destacando a importância da capacidade organizacional e da liderança para o sucesso das iniciativas (Bergeron & Hassenteufel, 2018).

Os desafios na implementação de políticas públicas ambientais são muitos e variados. Questões como a disponibilidade de recursos financeiros, a resistência política, as limitações tecnológicas e as expectativas da sociedade civil frequentemente complicam os esforços para alcançar resultados sustentáveis. A sociologia das políticas públicas proporciona uma lente analítica para examinar como esses desafios se manifestam em diferentes contextos, ajudando a identificar padrões de sucesso e a desenvolver estratégias adaptativas. Por exemplo, pesquisas têm demonstrado como a capacidade de aprender com experiências passadas e ajustar políticas em tempo real pode aumentar a eficácia das respostas governamentais a crises ambientais como as enchentes (Biland & Gally, 2018).

Em resumo, as teorias sociológicas aplicadas às políticas públicas ambientais

oferecem uma base robusta para entender e melhorar a resposta governamental a desafios ambientais significativos como as enchentes no Rio Grande do Sul. Ao integrar análises críticas das dinâmicas sociais, políticas e econômicas envolvidas na formulação e implementação de políticas, podemos fortalecer a capacidade dos governos de responder de maneira eficaz e sustentável às crises ambientais. Essa abordagem não apenas promove políticas mais informadas e inclusivas, mas também contribui para a construção de comunidades mais resilientes e sustentáveis a longo prazo (Boussaguet, 2015; Camões et al., 2017).

2.2. Políticas Públicas Ambientais

A sociologia da ação pública contribui para avaliar processos organizacionais essenciais na gestão de crises ambientais, como as enchentes. Estudos destacam a importância de avaliações contínuas e adaptativas para melhorar a eficácia das políticas de organização frente a eventos extremos e suas consequências (Bergeron & Hassenteufel, 2018).

A inovação na gestão pública, como evidenciada pelo prêmio inovação, promove modelos de gestão que incorporam práticas inovadoras para lidar com desafios ambientais como as enchentes. A integração de competências multifacetadas é essencial para desenvolver respostas ágeis e eficazes diante das demandas emergentes provocadas por eventos climáticos extremos (Camões et al., 2017; Montezano & Isidro, 2020).

A análise da eficiência na gestão das capitais brasileiras revela como o controle interno pode ser um instrumento crucial na gestão de crises como as enchentes. Estudos destacam sua importância para promover a transparência e aumentar a capacidade de resposta do governo diante de eventos naturais adversos (Da Silva Neto et al., 2017; Moreira et al., 2017).

A análise cognitiva de políticas públicas oferece uma perspectiva inovadora para entender como as percepções individuais influenciam a formulação e implementação de políticas ambientais frente às enchentes. Estudos recentes destacam a importância de abordagens cognitivas para promover uma governança mais participativa e adaptativa, essencial para enfrentar os desafios ambientais no contexto das enchentes no Rio Grande do Sul (Tomazini, 2018).

Além das regulamentações estaduais, a aplicação da Lei de Política Nacional de Recursos Hídricos é essencial. Esta legislação, válida tanto em nível federal quanto estadual, estabelece princípios e diretrizes para a gestão das águas, incluindo medidas para a prevenção

e controle de enchentes. Entre suas atribuições, está a promoção da articulação entre os diferentes entes federativos e a sociedade civil para o uso racional dos recursos hídricos, fomentando a implementação de ações integradas de manejo e proteção ambiental (Barbosa, 2018).

No contexto municipal, as leis de uso e ocupação do solo são determinantes para a organização urbana e rural, especialmente em áreas suscetíveis a alagamentos. Estas normativas regulam desde a expansão urbana até a proteção de áreas de risco, estabelecendo diretrizes para o ordenamento territorial que considerem a preservação de áreas de várzea e a manutenção de espaços para a drenagem natural das águas pluviais. Com isso, busca-se reduzir a vulnerabilidade das populações e dos ecossistemas diante dos eventos climáticos extremos, como as enchentes (Bergeron & Hassenteufel, 2018).

Adicionalmente, as normativas da Defesa Civil desempenham um papel crucial na gestão de crises e desastres naturais. Essas regulamentações estabelecem protocolos de emergência, planos de contingência e ações preventivas coordenadas entre os diferentes órgãos governamentais e instituições de apoio. Através da articulação entre os poderes públicos e a sociedade civil, busca-se não apenas responder de maneira eficiente às emergências causadas por enchentes, mas também promover ações educativas e preventivas que fortaleçam a resiliência das comunidades afetadas (Boussaguet & Surel, 2015).

Do ponto de vista ambiental, as legislações contribuem para a conservação dos ecossistemas aquáticos e áreas de várzea, que desempenham um papel crucial na regulação hídrica e na biodiversidade local. A proteção dessas áreas não só ajuda a mitigar os efeitos das enchentes, como também preserva os serviços ecossistêmicos essenciais, como a filtragem natural da água e o suporte à fauna e flora nativas. Além disso, promove práticas sustentáveis de manejo de recursos hídricos, essenciais para a manutenção da qualidade ambiental a longo prazo (Biland & Gally, 2018).

Economicamente, as normativas impactam diretamente o planejamento urbano e o desenvolvimento infraestrutural. Ao exigir o cumprimento de normas rigorosas de construção em áreas de risco e incentivar investimentos em infraestruturas resilientes, as leis ajudam a minimizar os custos associados à reconstrução pós-desastre e aumentam a eficiência na gestão de águas pluviais. Isso não apenas protege os investimentos públicos e privados, mas também estimula o desenvolvimento de tecnologias e práticas inovadoras que melhoram a adaptação às mudanças climáticas e promovem um crescimento urbano sustentável (Montezano & Isidro, 2020).

Além dos benefícios diretos, as legislações também promovem uma maior

conscientização e engajamento da sociedade civil na gestão de riscos de desastres. Ao estabelecer normativas claras e promover a participação pública no planejamento urbano e na gestão de recursos hídricos, as leis fortalecem a capacidade das comunidades de responder de forma eficaz às emergências e colaborar na construção de cidades mais seguras e sustentáveis (Tomazini, 2018).

Barrault-Stella, Maillet, & Vommaro (2019) ressaltam que "as políticas públicas ambientais devem ser compreendidas dentro do contexto mais amplo das transformações sociais e econômicas" (p. 20). No Rio Grande do Sul, essa abordagem é particularmente relevante, considerando a diversidade geográfica e socioeconômica do estado. Entre as ações mais destacadas estão:

- Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH): Este plano tem como objetivo a gestão integrada e sustentável dos recursos hídricos, considerando a necessidade de prevenir enchentes e minimizar seus impactos. Ele inclui medidas como a regulamentação do uso da água, a proteção das áreas de nascente e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.
- Programa de Prevenção a Desastres Naturais: Este programa envolve a construção de infraestrutura, como barragens e canais de drenagem, além da implementação de sistemas de alerta precoce e de capacitação das comunidades para a resposta a desastres.
- Projetos de Revitalização de Bacias Hidrográficas: A revitalização de bacias hidrográficas é uma estratégia importante para a prevenção de enchentes. Esses projetos buscam restaurar a capacidade natural das bacias de absorver e regular a água das chuvas, reduzindo o risco de enchentes.
- Educação e Conscientização Ambiental: Programas de educação ambiental são fundamentais para aumentar a conscientização sobre os riscos das enchentes e as práticas que podem mitigá-los. Isso inclui campanhas públicas e a inclusão de temas ambientais nos currículos escolares.

A implementação das políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul enfrenta diversos desafios. Um dos principais é a falta de recursos financeiros adequados. Muitas vezes, os programas e projetos dependem de financiamento federal, que pode ser insuficiente ou irregular. Barbosa (2018) observa que "a implementação efetiva de políticas públicas requer um investimento contínuo e consistente, além de uma coordenação eficaz entre diferentes níveis de governo" (p. 48). No caso do Rio Grande do Sul, a coordenação entre os governos municipal, estadual e federal é crucial para a eficácia das políticas de prevenção de enchentes.

Outro desafio significativo é a resistência por parte das comunidades locais e de setores econômicos. A construção de barragens, por exemplo, pode enfrentar oposição de comunidades que serão deslocadas ou que temem impactos ambientais negativos. Além disso, práticas agrícolas tradicionais podem ser difíceis de mudar, mesmo quando são necessárias para a sustentabilidade ambiental.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para atingir o objetivo deste trabalho foi baseada em uma pesquisa bibliográfica e leitura analítica, foi elaborada com o objetivo de fornecer uma compreensão abrangente e crítica sobre a perspectiva sociológica na formulação e implementação de políticas públicas. Portanto, o conceito discutido por Marconi e Lakatos foi aplicado (2010, p. 158), “[...] a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral dos principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” Gil (2002, p.44) reforçou esta ideia. “A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de materiais já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.” Esses critérios basearam-se na relevância do tema, data de publicação (priorizando as últimas duas décadas), e a qualidade das fontes, com preferência por publicações em periódicos revisados por pares e livros de autores renomados na área combinando várias maneiras para assegurar a amplitude da busca. Foram feitas consulta a bibliografias de artigos em plataformas digitais como Portal de Periódicos CAPES, Spell, Google Acadêmico e SciELO Brasil, Google Scholar, JSTOR, Scopus e Web of Science e livros selecionados, a fim de identificar outras obras relevantes não capturadas pelas buscas digitais.

Além da pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa documental para obter dados concretos sobre as políticas públicas ambientais relacionadas às enchentes no Rio Grande do Sul. Os documentos analisados incluíram relatórios governamentais, publicações de organizações ambientais, e estatísticas oficiais. Entre os documentos utilizados estão os relatórios de gestão e planejamento ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), documentos de políticas estaduais e municipais sobre gestão de enchentes e dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Esses documentos são de acesso público e foram escolhidos para garantir a transparência e a ética na pesquisa, proporcionando uma base sólida e confiável para a análise dos impactos e desafios enfrentados na implementação das políticas públicas.

A análise dos dados extraídos seguiu uma abordagem qualitativa e descritiva. Os dados foram codificados e categorizados para identificar os principais temas e conceitos emergentes. Foram identificadas as principais teorias sociológicas aplicadas à análise de políticas públicas, bem como os estudos de caso que exemplificam os desafios e impactos dessas políticas em contextos variados. Cada fonte foi avaliada quanto à sua metodologia,

abrangência teórica, resultados e conclusões. Esse processo permitiu identificar padrões, lacunas e debates críticos na literatura existente. Segundo Antonio Gil, em seu livro *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (2010), a abordagem descritiva é essencial para detalhar e contextualizar as informações coletadas, oferecendo uma visão aprofundada e compreensiva dos fenômenos estudados. A combinação das análises qualitativa e descritiva possibilitou uma avaliação detalhada e crítica dos dados, contribuindo para uma compreensão mais rica e contextualizada dos desafios e impactos das políticas públicas ambientais.

Para garantir a validade e a confiabilidade da revisão, foi adotada uma abordagem sistemática e transparente em todas as etapas do processo. Cada decisão metodológica foi documentada, e a análise crítica das fontes foi conduzida de forma a minimizar vieses pessoais.

Ao final, a revisão da literatura proporcionou uma visão abrangente e detalhada sobre como a perspectiva sociológica pode enriquecer a formulação e implementação de políticas públicas, destacando os principais desafios e propondo recomendações para futuras pesquisas e práticas políticas.

3. RESULTADOS E ANÁLISES

As enchentes no Rio Grande do Sul têm sido um desafio recorrente, exigindo respostas eficazes por parte das políticas públicas. A análise das transformações na ação pública na América Latina destaca a necessidade de adaptação constante das políticas ambientais frente a eventos extremos como enchentes, refletindo a complexidade das dinâmicas socioambientais na região (Barrault-Stella et al., 2019).

A implementação de políticas públicas voltadas para a gestão de riscos de enchentes enfrenta desafios significativos, incluindo a coordenação entre diferentes esferas de governo e a alocação eficiente de recursos. Estudos sobre políticas públicas para populações vulneráveis oferecem lições importantes sobre como mitigar os impactos sociais das enchentes e promover uma resposta mais resiliente (Barbosa, 2018).

No estado do Rio Grande do Sul, as legislações vigentes voltadas para o controle e mitigação de enchentes são fundamentais para garantir a segurança e o manejo adequado dos recursos hídricos. O Código Ambiental estadual desempenha um papel crucial ao estabelecer diretrizes para o uso sustentável dos cursos d'água e áreas de preservação permanente (APPs). Este código não apenas regula o licenciamento ambiental de obras próximas a rios e lagos, mas também define normas para a gestão integrada das bacias hidrográficas, visando prevenir eventos catastróficos como enchentes e deslizamentos de terra (Barrault-Stella et al., 2019).

Assim, as legislações vigentes no Rio Grande do Sul são fundamentais não apenas para a proteção ambiental e o ordenamento territorial, mas também para a segurança e o bem-estar das populações frente aos desafios impostos pelas enchentes e outros eventos climáticos extremos. A implementação e o cumprimento dessas normativas são essenciais para garantir um desenvolvimento sustentável e resiliente, capaz de enfrentar os impactos das mudanças climáticas e promover um ambiente seguro e equilibrado para todos os cidadãos (Camões et al., 2017).

As políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul são cruciais para mitigar os impactos das enchentes que afetam diversas regiões do estado. A formulação e implementação dessas políticas enfrentam desafios significativos, que variam desde questões administrativas e financeiras até a complexidade das dinâmicas sociais e ambientais envolvidas.

O Rio Grande do Sul tem um histórico de enchentes que causam prejuízos econômicos e sociais consideráveis. Em resposta, foram desenvolvidas diversas políticas públicas com o objetivo de prevenir e mitigar esses desastres naturais. Entre as principais iniciativas estão o

Plano Estadual de Recursos Hídricos e o Programa de Prevenção a Desastres Naturais. Estas políticas visam não apenas a gestão eficiente dos recursos hídricos, mas também a implementação de medidas estruturais, como a construção de barragens e a melhoria dos sistemas de drenagem urbana.

Bergeron & Hassenteufel (2018) apontam que "a sociologia da ação pública revela como as políticas são frequentemente moldadas por negociações complexas e compromissos entre diferentes grupos de interesse" (p. 44). No Rio Grande do Sul, essas dinâmicas são evidentes na implementação de políticas ambientais, onde os interesses econômicos, sociais e ambientais muitas vezes entram em conflito.

Os impactos das políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul podem ser observados em vários níveis. Em termos de prevenção de enchentes, houve avanços significativos na redução da vulnerabilidade das áreas mais afetadas. A construção de infraestrutura de prevenção e a implementação de sistemas de alerta precoce têm contribuído para reduzir os danos causados pelas enchentes.

Boussaguet (2015) e Boussaguet & Surel (2015) destacam que "a análise das políticas deve considerar não apenas os resultados diretos, mas também os efeitos mais amplos sobre a sociedade" (Boussaguet & Surel, 2015, p. 160). No Rio Grande do Sul, as políticas públicas ambientais também têm gerado benefícios indiretos, como a promoção de práticas agrícolas mais sustentáveis e a melhoria da gestão dos recursos hídricos.

No entanto, ainda existem áreas que necessitam de atenção. As comunidades mais pobres e vulneráveis são frequentemente as mais afetadas pelas enchentes e, apesar dos esforços, continuam a enfrentar desafios significativos. A desigualdade social agrava os impactos das enchentes, tornando a implementação de políticas eficazes ainda mais urgente.

As políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul representam um esforço significativo para atenuar os impactos das enchentes. No entanto, a eficácia dessas políticas depende de uma abordagem integrada que considere os desafios financeiros, sociais e políticos. A análise sociológica dessas políticas revela a complexidade das dinâmicas envolvidas e a necessidade de uma coordenação eficaz entre diferentes atores. Como observado por Tomazini (2018), "as análises cognitivas fornecem uma agenda de pesquisa robusta para entender como as políticas públicas são percebidas e interpretadas pelos atores sociais" (p. 30), uma perspectiva essencial para melhorar a implementação e os resultados das políticas ambientais no estado.

A formulação e implementação de políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul, especialmente aquelas voltadas para a redução dos impactos das enchentes, envolvem uma

série de impactos e desafios significativos. Segundo Barrault-Stella, Maillet, & Vommaro (2019), as transformações da ação pública na América Latina exigem uma compreensão profunda das dinâmicas sociais e políticas. No contexto das enchentes no Rio Grande do Sul, essas políticas têm tido resultados mistos.

Os impactos positivos das políticas públicas ambientais incluem a redução de danos materiais e a melhoria da capacidade de resposta das comunidades afetadas. A implementação de sistemas de alerta precoce tem permitido que as populações em áreas de risco possam se preparar e evacuar antecipadamente, minimizando perdas humanas e materiais. Além disso, a construção de infraestrutura, como barragens e canais de drenagem, tem sido eficaz em controlar o fluxo de água, prevenindo enchentes em áreas anteriormente vulneráveis. Essas medidas demonstram como a ação pública pode ter um impacto direto na mitigação de desastres naturais.

No entanto, a implementação dessas políticas também enfrenta diversos desafios. A disponibilidade de recursos financeiros é um dos principais obstáculos. A construção e manutenção de infraestrutura de prevenção a enchentes são atividades custosas e frequentemente os governos locais dependem de financiamento federal, que pode ser irregular e insuficiente. Barbosa (2018) observa que a implementação eficaz de políticas públicas requer um investimento contínuo e consistente. A falta de recursos adequados muitas vezes resulta em projetos inacabados ou mal executados, comprometendo a eficácia das políticas.

Outro desafio significativo é a resistência por parte das comunidades locais e de certos setores econômicos. As políticas de mitigação de enchentes, como a construção de barragens, frequentemente exigem o deslocamento de comunidades e podem ter impactos ambientais negativos. Essas medidas podem gerar resistência e oposição, complicando a implementação das políticas. Bergeron & Hassenteufel (2018) argumentam que a sociologia da ação pública revela como as políticas são frequentemente moldadas por negociações complexas e compromissos entre diferentes grupos de interesse. No Rio Grande do Sul, essas dinâmicas são evidentes na implementação de políticas ambientais, onde os interesses econômicos, sociais e ambientais frequentemente entram em conflito.

A coordenação entre diferentes níveis de governo é outro desafio crucial. As políticas públicas ambientais exigem uma abordagem integrada que envolva colaboração entre os governos municipal, estadual e federal. No entanto, frequentemente há falhas de comunicação e falta de coordenação, resultando em sobreposição de esforços ou lacunas nas ações de mitigação. Da Silva Neto, Gomes da Silva, & Côrrea da Silva (2017) destacam a importância da eficiência na gestão pública para a eficácia das políticas implementadas.

Os impactos sociais das políticas públicas ambientais também são significativos. As comunidades mais pobres e vulneráveis são frequentemente as mais afetadas pelas enchentes e, apesar das políticas implementadas, continuam a enfrentar desafios consideráveis. A desigualdade social exacerba os impactos das enchentes, tornando ainda mais difícil para essas comunidades se recuperarem dos desastres.

Boussaguet & Surel (2015) sugerem que a análise das políticas deve considerar não apenas os resultados diretos, mas também os efeitos mais amplos sobre a sociedade. Políticas públicas que não levam em consideração essas desigualdades podem acabar perpetuando ou até agravando as condições de vulnerabilidade.

Além disso, a mudança climática representa um desafio emergente para a formulação de políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul. A intensificação de eventos climáticos extremos aumenta a frequência e a severidade das enchentes, exigindo uma adaptação contínua das políticas. Isso requer não apenas um maior investimento em infraestrutura, mas também a incorporação de estratégias de redução e adaptação climática. Montezano & Isidro (2020) propõem que a inovação na gestão pública é essencial para enfrentar esses desafios e melhorar a resiliência das comunidades.

Apesar desses desafios, as políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul têm avançado, com esforços contínuos para melhorar a prevenção e a resposta a enchentes. A introdução de práticas agrícolas sustentáveis e a restauração de bacias hidrográficas são exemplos de iniciativas que buscam integrar a gestão ambiental com a prevenção de desastres. Essas práticas não apenas ajudam a amenizar os riscos de enchentes, mas também promovem a sustentabilidade ambiental a longo prazo. Moreira, Dias, & De Souza (2017) enfatizam que o controle interno é um instrumento vital para a transparência e responsabilidade na gestão pública, o que é crucial para a eficácia dessas políticas.

Em suma, a formulação e implementação de políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul são essenciais para a contenção dos impactos das enchentes, mas enfrentam desafios significativos. A disponibilidade de recursos financeiros, a resistência local, a coordenação intergovernamental e as desigualdades sociais são barreiras que precisam ser superadas para que essas políticas sejam eficazes. A integração de estratégias de mitigação climática e a promoção de práticas sustentáveis são passos essenciais para melhorar a resiliência das comunidades e garantir um futuro mais seguro e sustentável. Tomazini (2018) observa que as análises cognitivas fornecem uma agenda de pesquisa robusta para entender como as políticas públicas são percebidas e interpretadas pelos atores sociais, uma perspectiva essencial para melhorar a implementação e os resultados das políticas ambientais no estado.

A sociologia contribui significativamente para a análise das políticas públicas ao fornecer uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e das relações de poder que influenciam a formulação e implementação dessas políticas. As teorias sociológicas, como a teoria da estruturação e a teoria crítica, oferecem ferramentas analíticas para explorar como as políticas são moldadas por contextos sociais específicos e como as desigualdades sociais afetam a eficácia das medidas adotadas. Além disso, a sociologia ajuda a identificar como diferentes grupos sociais percebem e reagem às políticas públicas, fornecendo uma perspectiva crucial para a melhoria da implementação e dos resultados das políticas ambientais. Tomazini (2018) observa que as análises cognitivas fornecem uma agenda de pesquisa robusta para entender como as políticas públicas são percebidas e interpretadas pelos atores sociais, uma perspectiva essencial para melhorar a implementação e os resultados das políticas ambientais no estado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos impactos e desafios da formulação e implementação de políticas públicas ambientais relacionadas às enchentes no Rio Grande do Sul revela um cenário complexo e multifacetado. As enchentes, sendo fenômenos naturais recorrentes no estado, exigem uma abordagem integrada e bem coordenada para atenuar seus efeitos devastadores. Apesar dos esforços significativos para desenvolver e implementar políticas eficazes, diversos obstáculos continuam a dificultar a realização de objetivos mais amplos.

Os impactos positivos das políticas públicas são evidentes na redução de danos materiais e na melhoria da capacidade de resposta das comunidades afetadas. A implementação de sistemas de alerta precoce e a construção de infraestrutura de prevenção, como barragens e canais de drenagem, demonstram a eficácia de algumas dessas iniciativas. No entanto, a sustentabilidade e a continuidade desses benefícios dependem de um financiamento adequado e consistente, que muitas vezes é insuficiente.

Os desafios financeiros, combinados com a resistência de comunidades locais e setores econômicos, complicam ainda mais a implementação dessas políticas. A necessidade de deslocamento de populações e os impactos ambientais negativos associados à construção de infraestrutura de prevenção geram oposição e dificultam a execução de projetos. Além disso, a coordenação intergovernamental deficiente contribui para a ineficácia de algumas medidas, resultando em sobreposição de esforços e lacunas na mitigação de enchentes.

As desigualdades sociais exacerbam os impactos das enchentes, afetando desproporcionalmente as comunidades mais pobres e vulneráveis. Políticas públicas que não consideram essas disparidades podem perpetuar ou agravar as condições de vulnerabilidade dessas populações. A intensificação dos eventos climáticos extremos, decorrente das mudanças climáticas, adiciona uma camada de complexidade à formulação de políticas públicas, exigindo adaptações contínuas e inovadoras.

Apesar desses desafios, há avanços notáveis na introdução de práticas agrícolas sustentáveis e na restauração de bacias hidrográficas, que contribuem para a prevenção de desastres e promovem a sustentabilidade ambiental a longo prazo. A transparência e a responsabilidade na gestão pública são cruciais para a eficácia dessas políticas, e a integração de estratégias de mitigação climática é essencial para melhorar a resiliência das comunidades.

A formulação e implementação de políticas públicas ambientais no Rio Grande do Sul são fundamentais para mitigar os impactos das enchentes, mas enfrentam desafios significativos. Superar essas barreiras requer um esforço coordenado, financiamento adequado

e uma abordagem inclusiva que considere as desigualdades sociais e as necessidades específicas das comunidades afetadas. A integração de teorias sociológicas na análise de políticas públicas é crucial para compreender as dinâmicas sociais e políticas que influenciam a eficácia das medidas adotadas.

As teorias sociológicas, como a teoria da estruturação e a teoria crítica, oferecem perspectivas valiosas para entender como as políticas são formuladas e implementadas dentro de contextos sociais específicos. Incorporar essas teorias na gestão pública pode ajudar a identificar e abordar as desigualdades sociais e promover a participação ativa das comunidades na formulação de políticas. A promoção de práticas sustentáveis e a inovação na gestão pública são passos críticos para garantir um futuro mais seguro e resiliente. Assim, a aplicação das perspectivas sociológicas na análise de políticas ambientais não só enriquece a compreensão dos desafios enfrentados, mas também contribui para a criação de soluções mais justas e eficazes.

REFERÊNCIAS

- Alvarenga, M. S. A política dos outros na produção de sentidos sobre formação de professores de jovens e adultos. *Revista Educação em Foco: UFJF*, v. 16, n. 2, p. 39-60, set 2011/fev 2012.
- Barraut-Stella, L., Maillet, A., & Vommaro, G. (2019). Étudier les transformations de l'action publique en Amérique latine. *Gouvernement et Action Publique*, 8, 9-34.
- Barbosa, J. C. (2018). Implementação das políticas públicas voltadas para a população em situação de rua: desafios e aprendizados. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília.
- Bergeron, H., & Hassenteufel, P. (2018). Une contribution de la sociologie de l'action publique à l'évaluation de processus: le cas des "politiques d'organisation". *Idées Économiques et Sociales*, 193, 42-50.
- Biland, E., & Gally, N. (2018). Policy Analysis in France. In *Policy Analysis in France* (pp. 101-118). Policy Press, Bristol.
- Boussaguet, L. (2015). Une "French touch" dans l'analyse des politiques publiques? In *Une "French touch" dans l'analyse des politiques publiques?* (pp. 21-23). Sciences Po, Paris.
- Boussaguet, L., & Surel, Y. (2015). Une "French touch" dans l'analyse des politiques publiques? In *Une "French touch" dans l'analyse des politiques publiques?* (pp. 153-184). Sciences Po, Paris.
- Camões, M. R. de S., Severo, W. da R., & Cavalcante, P. L. C. (2017). Inovação na gestão pública federal: 20 anos do prêmio inovação.
- Da Silva Neto, A. F., Gomes da Silva, J. D., & Côrrea da Silva, M. (2017). Análise da eficiência da gestão pública das capitais brasileiras. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 7(2).
- Dias, Genebaldo Freire. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 7ª. ed. São Paulo: Gaia, 2010.
- Gil, A. C. *Como Elaborar Projeto de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- Gil, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Lakatos, E. M.; Marconi, M. de A. *Fundamentos De Metodologia Científica*. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- Montezano, L., & Isidro, A. (2020). Proposta de modelo multinível de competências para gestão pública inovadora. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 12(2), 355-378.
- Moreira, M. A., Dias, A. G. S., & De Souza, P. M. (2017). Controle interno como instrumento de gestão pública. *RIC*, 11(4), 39.

Tomazini, C. (2018). As análises cognitivas de políticas públicas: uma agenda de pesquisa. *Política Hoje*, 27, 25-41.

1. IDENTIFICAÇÃO:

Autor: Rosane Amaro Diehl		
RG: 1.582.101	CPF: 602.190.171-15	E-mail: rosaneamar1976@gmail.com
Telefone:	Celular: 62 9.9175-1055	Data de apresentação: 07/08/24
Título: A perspectiva sociológica na formulação e implementação de políticas públicas: análise de impactos e desafios		
Palavras-chave: Políticas Públicas, Meio ambiente, Enchentes, Rio Grande do Sul, Sustentabilidade		
Curso: Especialização em Gestão Pública Municipal		Departamento: Administração (CCA)
Tipo: ☐ Graduação - Licenciatura ☐ Graduação - Bacharelado ☐ Graduação - Dupla Habilitação ☒ Especialização		Orientador: Profº Drº Letícia Dias Fantinel

2. INFORMAÇÃO DE ACESSO AO DOCUMENTO:

Liberação para publicação: ☐ Total ☐ Parcial ^{1,2,3,4}
Em caso de publicação parcial, especifique os capítulos a serem retidos:
Observações: ¹ É imprescindível o envio do arquivo em formato digital da monografia completa , mesmo em se tratando de publicação parcial. ² A solicitação de publicação parcial deve ser feita mediante justificativa lícita e assinada pelo orientador do trabalho , que deve ser entregue juntamente com o termo de autorização. ³ A restrição poderá ser mantida por até um ano a partir da data de autorização da publicação. Para a extensão desse prazo deve ser solicitada novamente junto à UnB-BCE. ⁴ O resumo e os metadados ficarão sempre disponibilizados.

3. LICENÇA:

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA O referido autor: a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade. b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade de Brasília os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade de Brasília, declara que cumpriram quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.
LICENÇA DE DIREITO AUTORAL Na qualidade de titular dos direitos de autor da publicação, autorizo a Biblioteca Digital de Monografias (BDM) da Universidade de Brasília a disponibilizar meu trabalho de conclusão de curso por meio do site bdm.unb.br, com as seguintes condições: disponível sob Licença Creative Commons 4.0 International, que permite copiar, distribuir e transmitir o trabalho, desde que seja citado o autor e licenciante. Não permite o uso para fins comerciais nem a adaptação desta. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido. Caso o autor opte por outra forma de licença, pedimos que entre em contato com o Setor de Gerenciamento da Informação Digital (GID) da Biblioteca Central da UnB, no telefone 3107-2687.

Anápolis 25/8/24
Local Data
Rosane Amaro Diehl
Assinatura do Autor